

Editorial

“Her damos [...] uma província prodigiosamente bela e fértil. Nela cresceu um povo com imensa vontade de felicidade e capacidade de alegria. Não precisamos de nenhum capital estrangeiro, de nenhuma técnica de fora para organizar nossa vida de forma a fazer o Brasil florescer como uma civilização criativa e como uma sociedade solidária. O único empecilho é nossa classe dirigente, medíocre e mesquinha”

(*Darcy Ribeiro*)

Eis a RBDR aqui mais uma vez! O primeiro número do quarto volume (2016) da *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* está sendo disponibilizado aos seus caros leitores. Antes, porém, de proceder à apresentação dos artigos que integram esta edição, cabe referir a três pontos.

Um primeiro remete, diretamente, à complexa conjuntura política nacional. No momento em que o presente número da RBDR vem à luz, o Brasil está sendo governado por quem não recebeu mandato popular – após a destituição de quem o recebera (para um período de quatro anos) nas eleições presidenciais de 2014. A trama da destituição ilegítima teve início após as jornadas de junho de 2013, ganhou maior intensidade na polarizada campanha eleitoral de 2014, alcançou seu ápice em ruidosas manifestações de rua ao longo de 2015 (organizadas e protagonizadas pelas forças politicamente mais atrasadas do país) e teve seu desfecho em 17 de abril deste ano, com a votação favorável da Câmara dos Deputados ao “impeachment” da Presidenta Dilma Rousseff. Não houve inocência na articulação dessa trama: por trás da banda podre da política brasileira e dos poderosos meios de comunicação, que conspiraram a céu aberto, havia interesses do grande capital financeiro e de agentes estrangeiros, de olho no filé mignon do patrimônio dos brasileiros. Nesta oportunidade, a editoria da RBDR repudia com veemência a usurpação do poder do povo e expressa seu comprometimento com a causa da plena democracia político-institucional, econômica e social.

Um segundo ponto, este já reiterado em edições anteriores, é pertinente ao esforço de se fazer da RBDR um espaço de debate interdisciplinar, amplo e arejado, sobre temas relacionados à “questão regional”, em especial, no contexto de formações sociais periféricas. Para ir adiante com esse propósito, tem-se buscado publicar artigos, ensaios e resenhas, inéditos (exceto se, recentes ou “clássicos”, tiverem sido publicados em periódicos não brasileiros), com origem em áreas do conhecimento diversas, sobretudo, planejamento urbano e regional, geografia, economia, sociologia e ciência política; quando, porém, se aproximarem de “desenvolvimento regional”, considerar-se-ão contribuições oriundas de áreas como arquitetura e urbanismo, comunicação social, direito, serviço social e turismo, entre outras.

O terceiro ponto: cumpre lembrar, também, que os artigos e ensaios encaminhados à RBDR podem ser de natureza mais teórica, como também apresentar análise mais empírica; consistir em interpretações e exames para o desenvolvimento regional latino-americano (o brasileiro à frente) ou relacionar escalas importantes na explicação de distintos processos do desenvolvimento; e, se for o caso, conferir ênfase aos determinantes causais e destaque à atuação dos agentes/instituições que produzem (ou conduzem à produção de) trajetórias específicas de desenvolvimento no território.

Assim, considerando o acima exposto, pode-se antecipar que os dez artigos da presente edição da RBDR, apresentados brevemente a seguir, atendem plenamente ao perfil que a tem distinguido.

O artigo com que principia o atual número do periódico traz o título “Expulsão do paraíso”. Aí seu autor, Armando de Melo Lisboa, procura desvelar o período de germinação da reflexão econômica moderna, que, no final do mesmo, desabrocha, apresentando-se, inicialmente, como “Aritmética Política”, um saber para o Estado. Num contexto de rupturas que levaram do tomismo/holismo antigo ao atomismo/individualismo moderno, o econômico se desincrustou do tecido social, assumindo sua face mais atual, de forma a impor-se a conflituosa dinâmica em que o enriquecimento privado se emanciparia, contrapondo-se ao interesse público. Neste artigo se examinam, então, três fatores que conduziram a que a economia – *ciência desoladora* – viesse a ser *expulsa do Paraíso*.

Em “O trabalho na segunda metade do século XX”, o segundo artigo, Osvaldo Coggiola passa em revista o trabalho no período posterior à Segunda Guerra Mundial. É certo que nos anos que se seguiram ao fim daquele conflito houve expansão econômica, mas com *estabilidade* apenas no centro do sistema. É que uma onda de guerras e revoluções continuou a varrer as nações periféricas, incluindo as da Europa oriental, da Ásia e da América Latina (aqui, destacadamente, a Revolução Cubana, de 1959-61). Na Europa ocidental, o proletariado também protagonizou situações revolucionárias. Mesmo nos EEUU houve inúmeros conflitos entre trabalho e capital a partir da década de 1950. O objetivo visado é oferecer um quadro mais preciso da realidade do trabalho que se constituiu nas últimas décadas.

No artigo seguinte, “Do desenvolvimentismo ao neodesenvolvimentismo: uma análise das relações de trabalho no Brasil”, Marllon Emanuel Souza Medeiros de Vasconcelos e Débora Coutinho Paschoal Dourado propõem-se a refletir sobre as relações de trabalho no Brasil desde a década de 1930. Quanto às relações de trabalho no *desenvolvimentismo*, elas favoreceram o processo de acumulação de capital na indústria nascente, mas repousaram em condições precárias de trabalho e numa representação sindical fragmentada. Após o vendaval neoliberal, veio o *neodesenvolvimentismo*. E, com ele, algum crescimento econômico e melhorias nos indicadores sociais. Contudo, à parte alguns resultados positivos, não há indícios

de que o *neodesenvolvimentismo* tenha levado à mudanças mais profundas nas relações de trabalho.

No quarto artigo, “Trabalho e padrões de desenvolvimento: o trabalho docente no ensino superior privado no contexto da acumulação flexível em Campina Grande/PB”, assinado por Nadine Gualberto Agra, examina-se o trabalho docente no ensino superior privado no contexto de transformações no modo de regulamentação do capitalismo mundial a partir dos anos 1970. O objetivo é apreender como vêm se configurando as formas de controle e formação de consentimento docente nas instituições privadas de ensino superior de Campina Grande. Os resultados indicam que o ensino superior (novo ramo de atuação do capital) assumiu o caráter de mercadoria e o trabalho docente adotou a natureza de trabalho proletarizado e produtivo, atrelado ao processo de subsunção real da vida social ao capital.

No artigo seguinte, “Indústrias culturais e criativas em destinos turísticos: comparando quatro regiões da Europa”, partindo do debate sobre as interligações entre territórios criativos, cultura, turismo e políticas de promoção da criatividade, Ana Rita Cruz, Pedro Costa, João Filipe Marques analisam as condições que favorecem o desenvolvimento de indústrias culturais e criativas. Atentando para dimensões como infraestruturas, governança, mercados e outros fatores intangíveis, a análise procura fornecer pistas para o desenvolvimento do Algarve (Portugal), comparando-o a outras regiões da Europa – Málaga (Espanha), Graz (Áustria) e Cardiff (Reino Unido), destinos turísticos que conseguiram criar sinergias entre as atividades culturais e criativas e o turismo.

Em “Avanços e desafios na proposta de desenvolvimento territorial no Vale do Itapecuru/MA”, sexto artigo deste número da RBDR, José Sampaio de Mattos Junior e Ariane Silva Costa analisam a experiência do Colegiado Territorial do Vale do Itapecuru, no estado do Maranhão, como uma ferramenta da política de desenvolvimento territorial, bem como as implicações teóricas do modelo de gestão e participação previsto nessa política de governo. Assim, os autores procuram conhecer melhor a visão governamental sobre a política de desenvolvimento territorial rural e verificar se as propostas emanadas da referida política realmente contribuem para a minimização das desigualdades regionais e para a possibilidade de redução da pobreza no meio rural do estado do Maranhão.

Osmira Fátima da Silva, Alcido Elenor Wander, José Geraldo Di Stéfano, Agostinho Dirceu Didonet assinam o artigo seguinte: “Produção de arroz e feijão em municípios com menores índices de desenvolvimento humano na região do Matopiba, Brasil”. Trata-se de uma análise comparativa sobre a produção do arroz e do feijão, elementos básicos da alimentação da maior parte da população brasileira, contrapondo-os com os menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal, no complexo Mapotiba. Considerado como última fronteira agrícola do Brasil, o complexo Matopiba abarca parte dos estados do Piauí, Maranhão,

Tocantins e Bahia, nela – ainda – se praticando agricultura familiar. Mas, a área vem sendo cogitada para o desenvolvimento de uma agricultura potencial em *commodities*.

No oitavo artigo, “Políticas públicas na Amazônia e sua interface com as cidades fronteiriças de Tabatinga/Brasil e Letícia/Colômbia”, Marineth Lima Colares, Lileane Praia Portela de Aguiar e Fabiana Lucena Oliveira discutem a existência (ou inexistência) de políticas públicas entre duas cidades na fronteira entre o Brasil e a Colômbia, visando o desenvolvimento das regiões de entorno. Em sua análise, as autoras concentraram sua atenção sobre o comportamento dos Estados e o nível de interdependência entre eles, em especial, no que se refere: a) à regulamentação governamental de iniciativas dos atores envolvidos em favor de um desenvolvimento equilibrado e justo entre eles; e b) ao papel dos instrumentos legais que instruem a cooperação de políticas públicas internacionais.

Em “Perspectivas de ecodesenvolvimento: o caso de Guaraqueçaba/PR”, José Carlos Muniz e Valdir Frigo Denardin procuram identificar, em Guaraqueçaba, no litoral paranaense, mundialmente reconhecido pelos atrativos naturais que o configuram como Reserva da Biosfera, Patrimônio Natural da Humanidade, e exibindo características do patrimônio cultural brasileiro, propostas (no plano de governo da Gestão Municipal 2012-2016) que contemplem o desenvolvimento da região com base nos pressupostos do ecodesenvolvimento. Os resultados indicam um conjunto de ações que contribuiriam para a redução das desigualdades sociais e a manutenção da cultura local, aliados à conservação dos recursos naturais do território, que podem ser financiadas com recursos oriundos do ICMS Ecológico.

O último artigo, “Meios de vida e produção de tabaco: uma análise das condições de vida na perspectiva do desenvolvimento humano”, é assinado por Tanise Dias Freitas, Anelise Graciele Rambo e Sérgio Schneider. Trata-se de um estudo sobre as condições de vida no meio rural a partir de um caso sobre a agricultura familiar produtora de tabaco, no município de Arroio do Tigre, Rio Grande do Sul. O objetivo é analisar os meios de vida a partir da ótica do desenvolvimento humano, que ultrapassa o mero crescimento econômico e considera aspectos multidimensionais. Os resultados iniciais apontaram que: a) os meios de vida condicionam o desenvolvimento humano das famílias produtoras de tabaco; e b) os meios de vida apresentam-se de forma diferente das percepções das famílias pesquisadas.

Por fim, há duas resenhas, uma do livro de Guerra; Pochmann; Silva – cujo título é “Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois” – assinada por Ana Luíza Matos de Oliveira; e outra da coletânea de Noronha; Chaves; Porto – cujo título é “A fronteira setentrional brasileira: das histórias pós-coloniais à formação de uma fronteira tardia” – assinada por Luis Claudio Krajevski; além de breves comentários sobre algumas publicações de 2015/2016 que, talvez, também, venham a interessar às/aos prezadas/os leitores.

Antes de concluir este editorial, vão ainda duas rápidas observações. A primeira consiste, de fato, num agradecimento aos integrantes do conselho editorial e pareceristas que avaliaram os originais desta edição. A segunda, por fim, é um convite para que todos aqueles ligados à revista (integrantes do conselho editorial, articulistas, leitores...) contribuam para que ela continue cumprindo o que tem prometido – ou seja: que a RBDR constitua espaço de debate interdisciplinar qualificado sobre temas relativos à “questão regional”. Para que a comunidade dos até aqui a ela ligados possa ser ampliada.

Então, ótima leitura. Até breve!

Ivo M. Theis
Editor

Pareceristas *ad hoc* que colaboraram nesta edição da RBDR

Agripino Souza Coelho Neto

José Francisco Ferreira

Alberto Tostes

Luciana Butzke

Alcione Talaska

Marco André Cadona

Andre Alves Pereira

Nadja Maria Mourão

Antonio Paulo Cargnin

Nelson Garcia Santos

Cosme Carvalho Barbosa

Pedro Martins

Isabela Barchet

Roni Mayer Lomba

Jamile Delagnelo Fagundes da Silva

Selma Simões de Castro